

As Regiões Semiáridas e suas Especificidades 3

Alan Mario Zuffo
(Organizador)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Alan Mario Zuffo
(Organizador)

As Regiões Semiáridas e suas Especificidades 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

R335 As regiões semiáridas e suas especificidades 3 [recurso eletrônico] /
Organizador Alan Mario Zuffo. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (As Regiões Semiáridas e suas Especificidades;
v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-192-3

DOI 10.22533/at.ed.923191503

1. Regiões áridas – Brasil. I. Zuffo, Alan Mario. II. Série.

CDD 333.7369

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “*As Regiões Semiáridas e suas Especificidades*” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu III volume, apresenta, em seus 23 capítulos, com conhecimentos tecnológicos das regiões semiáridas e suas especificidades.

As Ciências estão globalizadas, englobam, atualmente, diversos campos em termos de pesquisas tecnológicas. O semiárido brasileiro tem características peculiares, alimentares, culturais, edafoclimáticas, étnicas, entre outros. Tais diversidades culminam no avanço tecnológico, nas áreas de Agronomia, Engenharia Florestal, Engenharia de Pesca, Medicina Veterinária, Zootecnia, Engenharia Agropecuária e Ciências de Alimentos que visam o aumento produtivo e melhorias no manejo e preservação dos recursos naturais, bem como conhecimentos nas áreas de políticas públicas, pedagógicas, entre outros. Esses campos de conhecimento são importantes no âmbito das pesquisas científicas atuais, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes no semiárido brasileiro e, também nas demais regiões brasileiras.

Este volume dedicado à diversas áreas de conhecimento trazem artigos alinhados com a região semiárida brasileira e suas especificidades. As transformações tecnológicas dessa região são possíveis devido o aprimoramento constante, com base em novos conhecimentos científicos.

Aos autores dos diversos capítulos, pela dedicação e esforços sem limites, que viabilizaram esta obra que retrata os recentes avanços científicos e tecnológicos, os agradecemos do Organizador e da Atena Editora.

Por fim, esperamos que este livro possa colaborar e instigar mais estudantes e pesquisadores na constante busca de novas tecnologias para o semiárido brasileiro, assim, garantir perspectivas de solução para o desenvolvimento local e regional para as futuras gerações de forma sustentável.

Alan Mario Zuffo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
IMPACTOS DO PROJETO DE TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO PARA A AGRICULTURA IRRIGADA	
Getúlio Pamplona de Sousa Joab das Neves Correia Laryssa de Almeida Donato	
DOI 10.22533/at.ed.9231915031	
CAPÍTULO 2	13
INFLUÊNCIA DOS PERÍODOS SECO E CHUVOSO SOBRE OS NÍVEIS DE GLICOSE CIRCULANTE EM CAPRINOS E OVINOS NO SEMIÁRIDO PARAIBANO	
Luanna Figueirêdo Batista Bonifácio Benício de Souza Adriana Trindade Soares Maria Dalva Bezerra de Alcântara Nágela Maria Henrique Mascarenhas Évylla Layssa Gonçalves Andrade Gustavo de Assis Silva Fábio Santos do Nascimento Maycon Rodrigues da Silva Fabíola Franklin de Medeiros João Paulo da Silva Pires Júlia Laurindo Pereira Adalmira Bezerra de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.9231915032	
CAPÍTULO 3	19
INUNDAÇÃO, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU/RN	
Juliana Rayssa Silva Costa Adalfran Herbert da Silveira Fernando Moreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9231915033	
CAPÍTULO 4	30
LEVANTAMENTO ETNOBOTÂNICO DE MATA CILIAR EM COMUNIDADE RIBEIRINHA DO MUNICÍPIO DE PATOS, SEMIÁRIDO NORDESTINO	
Gabriela Gomes Ramos Maria das Graças Veloso Marinho Géssica dos Santos Vasconcelos Rosivânia Jerônimo de Lucena	
DOI 10.22533/at.ed.9231915034	
CAPÍTULO 5	41
MINERALIZAÇÃO E PERDAS DE NITROGÊNIO DA UREIA EM LUVISSOLO CRÔMICO	
Rayanne Maria Galdino Silva Viviane Borges Dias Josinaldo Lopes Araújo Elidayane de Nóbrega Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9231915035	

CAPÍTULO 6 48

MONITORAMENTO DOS PARÂMETROS FÍSICO-QUÍMICOS DE QUALIDADE DA ÁGUA DOS MACEIÓS PARAIBANOS DE INTERMARES E BESSA

Ane Josana Dantas Fernandes
Maria Mônica Lacerda Martins Lúcio
Liz Jully Hiluey Correia
Alan Ferreira de Araújo
Edilma Rodrigues Bento Dantas

DOI 10.22533/at.ed.9231915036

CAPÍTULO 7 65

MORFOLOGIA DE FRUTOS, SEMENTES E PLÂNTULAS DE *Aspidosperma pyrifolium* Mart. (APOCYNACEAE)

Danilo Dantas da Silva
Maria do Socorro de Caldas Pinto
Marilia Gabriela Caldas Pinto
Fabrício da Silva Aguiar
Vinicius Staynne Gomes Ferreira
Sebastiana Renata Vilela Azevedo

DOI 10.22533/at.ed.9231915037

CAPÍTULO 8 76

NÚCLEO URBANO DE INTERESSE SOCIAL EM DISCUSSÃO: ABORDAGEM NO MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS/RN

Daniela de Freitas Lima
Almir Mariano de Sousa Junior
Joseney Rodrigues de Queiroz Dantas

DOI 10.22533/at.ed.9231915038

CAPÍTULO 9 86

PARQUE ESTADUAL PICO DO JABRE *VERSUS* REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Ana Luiza Fortes da Silva
Ane Cristine Fortes da Silva

DOI 10.22533/at.ed.9231915039

CAPÍTULO 10 92

PERMANÊNCIA DE PLANTAS DE COBERTURA NO CULTIVO DO MILHO NO SEMIÁRIDO

Jean Lucas Pereira Oliveira
Carlos Alessandro Chioderoli
Elivânia Maria Sousa Nascimento
Rita de Cássia Peres Borges
Francisca Edcarla de Araújo Nicolau
Marcelo Queiroz Amorim

DOI 10.22533/at.ed.92319150310

CAPÍTULO 11 104

PERSPECTIVAS, ANÁLISES E CONTRIBUIÇÕES: A PERCEPÇÃO DOS ASSOCIADOS DA COOPERATIVA DOS ALUNOS DA ESCOLA AGRÍCOLA DE JUNDIAÍ - COOPEAJ

Damião Ferreira da Silva Neto
João Paulo Teixeira Viana
Adailton de Moura Costa
Veniane Lopes da Silva
João Lucas do Nascimento Neto
Júlio César de Andrade Neto

DOI 10.22533/at.ed.92319150311

CAPÍTULO 12 114

PESQUISA DE CEPAS DA FAMÍLIA ENTEROBACTERIACEAE EM CARNE DE FRANGO 'IN NATURA' COMERCIALIZADA EM PATOS – PB

Talita Ferreira de Moraes
Vitor Martins Cantal
Júlia Laurindo Pereira
Rosália Severo de Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.92319150312

CAPÍTULO 13 125

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PROMOVER A CONVIVÊNCIA COM AS SECAS E USO DA ÁGUA DE CISTERNAS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO COMO ALTERNATIVA DE SUSTENTABILIDADE

Gáudia Maria Costa Leite Pereira
Xenusa Pereira Nunes
Monica Aparecida Tomé Pereira

DOI 10.22533/at.ed.92319150313

CAPÍTULO 14 133

POTENCIAL ANTIMICROBIANO DO ÓLEO ESSENCIAL DE ALGRIZEA MINOR FRENTE A *Staphylococcus aureus*

Graziela Cláudia da Silva
Alexandre Gomes da Silva
Luciclaudio Cassimiro de Amorim
Marcia Vanusa da Silva
Paloma Maria da Silva
Maria Tereza dos Santos Correia

DOI 10.22533/at.ed.92319150314

CAPÍTULO 15 142

POTENCIAL ANTIOXIDANTE DA CULTURA FORRAGEIRA CUNHÃ (*Clitoria ternata* L.) CULTIVADAS EM DOIS NÍVEIS DE ADUBAÇÃO, COM ESTERCO CAPRINO E BOVINO

Aldenir Feitosa dos Santos
Monizy da Costa Silva
Amanda Lima Cunha
José Crisólogo de Sales Silva
Jessé Marques da Silva Junior Pavão
Simone Paes Bastos Franco

DOI 10.22533/at.ed.92319150315

CAPÍTULO 16	157
PRELIMINARY SURVEY OF THE LARGE AND MEDIUM SIZE TERRESTRIAL MAMMALS IN THE STATE PARK OF SETE PASSAGENS, BAHIA	
Rosana da Silva Peixoto	
DOI 10.22533/at.ed.92319150316	
CAPÍTULO 17	167
PRODUÇÃO DE PELLETS DE CAPIM-ELEFANTE (<i>Pennisetum purpureum Schum</i>) SOB DIFERENTES TRATAMENTOS	
Rosimeire Cavalcante dos Santos	
Izabelle Rodrigues Ferreira Gomes	
Cynthia Patricia de Sousa Santos	
Sarah Esther de Lima Costa	
Ana Carolina de Carvalho	
Damião Ferreira da Silva Neto	
Renato Vinícius Oliveira Castro	
Angélica de Cássia Oliveira Carneiro	
DOI 10.22533/at.ed.92319150317	
CAPÍTULO 18	177
RICHNESS AND DISTRIBUTION OF MOSSES IN A BRAZILIAN DRY FOREST	
Evyllen Rita Fernandes de Souza	
Joan Bruno Silva	
Shirley Rangel Germano	
DOI 10.22533/at.ed.92319150318	
CAPÍTULO 19	191
SECAGEM DE QUIABO (<i>Abelmoschus esculentus L. Moench</i>) EM ESTUFA	
Teresa Letícia Barbosa Silva	
Vimário Simões Silva	
DOI 10.22533/at.ed.92319150319	
CAPÍTULO 20	202
SOINGA: UMA NOVA RAÇA PARA PRODUZIR NO SEMIÁRIDO	
Fabíola Franklin de Medeiros	
Fábio Santos do Nascimento	
Nágela Maria Henrique Mascarenhas	
Luanna Figueirêdo Batista	
Mirella Almeida da Silva	
Antonio Leopoldino Neto	
Maycon Rodrigues da Silva	
João Paulo da Silva Pires	
Deivyson Kelvis Silva Barros	
Paloma Venâncio da Silva	
Leonardo Flor da Silva	
Bruna Marques Felipe	
Bonifácio Benicio de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.92319150320	

CAPÍTULO 21	206
TECNOLOGIA MITIGADORA DOS EFEITOS DA SECA EM ESPÉCIES DA CAATINGA COMO ESTRATEGIA PARA O RECAATINGAMENTO	
Carlos Alberto Lins Cassimiro Francisco de Sales Oliveira Filho Lidiana Vitória Calisto Alencar Selma dos Santos Feitosa Edvanildo Andrade da Silva Eliezer da Cunha Siqueira	
DOI 10.22533/at.ed.92319150322	
CAPÍTULO 22	214
UM SER-TÃO OUTRO: DOIS PONTOS, DUAS VISTAS	
Amilton Gonçalves dos Santos Nilha Verena Fonseca Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.92319150322	
CAPÍTULO 23	226
UTILIZAÇÃO DA ESTATÍSTICA PARA DIAGNÓSTICO DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E O ACESSO À ÁGUA DOS MORADORES DA ZONA URBANA DE ESPERANÇA - PARAÍBA	
Joyce Salviano Barros de Figueiredo Ana Rebeca de Melo Araújo Francisco Ian Batista da Silva Mylla Christian Bezerra de Oliveira André Luiz Fiquene de Brito	
DOI 10.22533/at.ed.92319150323	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	235

PARQUE ESTADUAL PICO DO JABRE *VERSUS* REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Ana Luiza Fortes da Silva

Universidade Federal de Juiz de Fora, Mestrado
em Geografia

Juiz de Fora – Minas Gerais

Ane Cristine Fortes da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia da Paraíba

Princesa Isabel – Paraíba

RESUMO: As Unidades de Conservação (UC) são primordiais para a conservação *in situ*. Elas surgiram em um primeiro momento como forma de “herança” para as gerações futuras de acordo com os ideais propagados por Jonh Müir. Atualmente, há um movimento de busca de critérios de sustentabilidade que tornem as Áreas Naturais Protegidas aliadas do desenvolvimento socioambiental. Nesse ínterim, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), elaborado sob a ótica da sustentabilidade, exige a implantação de um Plano de Manejo em até cinco anos após a criação de uma UC, no entanto, a elaboração desse documento fica atrelada a exigência legal da desapropriação das regiões onde estarão localizadas as Áreas Naturais Protegidas, posto que o domínio da categoria “Parque” é público. Ocorre que, a despeito da completude da legislação ambiental brasileira, em boa parte das UC instauradas não há sequer o

início de um processo de desapropriação, fato comprovado pelos dados governamentais, devido a inexistência de políticas públicas voltadas a conservação das UC. Desse modo, em especial no bioma da Caatinga, observa-se que os Parques Estaduais instaurados ainda não saíram do papel. Fator esse que impossibilita a adequada gestão e planejamento ambiental das UC existentes além de corroborar com a existência de impactos ambientais advindos de sobremaneira de ações antrópicas. Objetiva-se discutir como a falta de regularização fundiária afeta a eficácia da conservação das Unidades de Conservação referente a seu manejo e monitoramento de impactos ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Desapropriação. Unidades de Conservação. Caatinga.

ABSTRACT: Conservation Units in Brazil are primordial for *in situ* conservation. They first emerged as a form of “inheritance” for future generations in accordance with the ideals propagated by Jonh Müir. Currently, there is a movement to search for sustainability criteria that make the Natural Protected Areas allied with socio-environmental development. In the meantime, the Brazilian National System of Conservation Units, prepared from the point of view of sustainability, requires the implementation of a Management Plan within five years after the creation of a Conservation

Units, however, the elaboration of this document is linked to legal requirement of the expropriation of the regions where the Protected Natural Areas will be located, since the domain of the category “Park” is public. In spite of the completeness of Brazilian environmental legislation, in most of the PAs established, there is not even the beginning of a process of expropriation, a fact evidenced by government data, due to the lack of public policies aimed at the conservation of PAs. In this way, especially in the Caatinga biome, it is observed that the State Parks established have not yet been removed from the paper. Factor that makes impossible the proper management and environmental planning of the existing UCs, besides corroborating with the existence of environmental impacts resulting from anthropogenic actions. The objective is to discuss how the lack of land regularization affects the conservation effectiveness of Conservation Units regarding their management and monitoring of environmental impacts.

KEYWORDS: Expropriation. Conservation units. Caatinga.

1 | INTRODUÇÃO

A criação do Parque Nacional de Yellowstone em 1872 é considerada o pontapé da instituição de Unidades de Conservação (UC). A ideia de proteção de um local por suas peculiaridades foi propagada em um primeiro momento de maneira tímida visando resguardar uma “herança” para as gerações futuras e, logo, após tornou-se foco de muitas convenções e reuniões internacionais. Isso se deve porque as UC são consideradas como fundamentais para a conservação *in situ* da biodiversidade.

Na América do Sul, o primeiro Parque Nacional foi criado em 1903 na Argentina. No Brasil, o engenheiro André Rebouças, inspirado no conceito de parque nacional norte-americano, propôs a criação do Parque Nacional das Sete Quedas e da Ilha do Bananal, contudo, tal conceito só foi materializado anos mais tarde com o Parque Nacional de Itatiaia em 1937 (MACIEL, 2011).

Do ponto de vista legal, o Código Florestal de 1934 trouxe a ideia da função social das florestas dando embasamento à criação de Áreas Naturais Protegidas. Ele previa que os Parques poderiam ser nacionais, estaduais e municipais e ainda classificava as florestas em protetoras, remanescentes, modelo e produtivas; as duas primeiras de preservação permanente e as últimas passíveis de exploração comercial (DRUMMOND et al, 2010).

Em 1965, o Código Florestal foi atualizado e, além disso, foi publicado o Código de Fauna em 1967, esses instrumentos normativos trouxeram os conceitos de unidades de conservação de uso indireto e direto (DRUMMOND et al, 2010). As estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, reservas ecológicas, áreas de relevante interesse ecológico, reservas extrativistas surgiram logo após através de decretos e leis –Lei 6.902/1981; Decreto no 89.336/1984; Decreto no 98.897/1990- (DRUMMOND et al, 2011).

A legislação ambiental brasileira é reconhecida internacionalmente por sua

modernidade, inovação e completude. Dentro desse contexto, inserem-se as normas contidas na Lei no 9.985 do ano de 2000, a qual regulamenta o artigo 225, §1º e incisos da Constituição Federal descrevendo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

O Sistema de Unidades de Conservação brasileiro estabelece que as unidades de conservação podem pertencer ao grupo uso sustentável ou proteção integral. No primeiro grupo, permite-se “a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável” (art.2º, XI, SNUC); já no segundo grupo, admite-se apenas o uso indireto dos recursos naturais, almejando-se manter os ecossistemas livres da interferência humana (art. 2º, VI, SNUC).

Os grupos acima listados contêm categorias de UC as quais defenderão ou não a necessidade que as áreas que abrigam aquelas sejam desapropriadas a depender dos objetivos definidos no instrumento legal de sua criação.

Os Parques pertencem ao grupo das UC de proteção integral e possuem como objetivo principal a “preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (art.11, SNUC). Nesse sentido, como são de posse e domínio públicos terão as áreas particulares desapropriadas (art.11, §1º, SNUC).

O Parque Estadual Pico do Jabre, localizado no sertão da Paraíba, a despeito de ter se tornado uma Unidade de Conservação no ano de 2002 pelo Decreto estadual no 23.060, ainda sofre com a ação humana degradante, ação comum às outras regiões localizadas na Caatinga e outros biomas brasileiros.

Grande parte desse problema deve-se ao fato da regularização fundiária não ter sido observada, quer-se dizer, é sabido que a desapropriação para essas áreas especialmente protegidas deve ser realizada, sendo inclusive garantida constitucionalmente, contudo, por questões, na maioria das vezes, políticas, interesses privados e/ou má gestão de recursos públicos, a regularização fundiária não consegue ocorrer.

Percebe-se que a titularidade das áreas onde se localizam as UC é fator primordial para a aplicação das regras dispostas no Plano de Manejo bem como o apoio da população residente evitando conflitos socioambientais (OLIVEIRA, 2010).

Nesse diapasão, Parques Estaduais e outras categorias de UC, os quais deveriam receber proteção integral ficam à mercê de outros tipos de interesse que não os de manutenção de um ambiente ecologicamente equilibrado.

Portanto, objetiva-se discutir como a falta de regularização fundiária afeta a eficácia da preservação das Unidades de Conservação especialmente do Parque Estadual Pico do Jabre.

Este trabalho justifica-se por apresentar um importante valor acadêmico tendo em vista a carência de estudos dentro dessa temática. Na prática, o resultado desta pesquisa colabora com a consolidação e a ampliação de estratégias para o planejamento e a gestão de áreas naturais protegidas as quais promovam seu uso sustentável alicerçado pelos princípios da biologia da conservação.

2 | METODOLOGIA

A área de estudo concentrou-se nas informações provenientes do “Parque Estadual do Pico do Jabre” localizado na microrregião da Serra de Teixeira no Estado da Paraíba, pertencente ao município de Maturéia - Paraíba a 1.197 metros de altitude.

Para tanto, utilizou-se a pesquisa em uma abordagem descritiva buscando obter informações bibliográficas, legislativas e fotográficas a partir da investigação do objeto de pesquisa, trabalhando os dados obtidos de forma explanatória. Trata-se ainda de uma pesquisa exploratória, pois além de registrar e analisar o objeto de pesquisa busca-se identificar suas causas e implicações práticas, facilitando assim o entendimento daquele. Foi realizado o levantamento bibliográfico a respeito das principais abordagens sobre a questão fundiária na unidade de conservação mencionada, consulta aos órgãos ambientais estaduais além de observações por meio de visita in loco.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Não são raras as notícias acerca de agressão as Unidades de Conservação seja por meio de incêndios criminosos, caça de animais silvestres, tráfico de fauna e flora, desmatamento irregular, lixo e até mesmo pichações.

A despeito das exigências legais apontadas, o Parque Estadual Pico do Jabre (criado em 1992) até hoje não possui Plano de Manejo- que constitui verdadeira lei de uma UC- o qual dispõe sobre a visitação pública, desenvolvimento de pesquisas científicas, normas para cultivo de organismos geneticamente modificados, os limites das unidades de conservação, autorização para a exploração de bens e serviços inerentes às unidades, zoneamento, corredores ecológicos, entre outros, conforme se pode verificar no Decreto no 4.340/2002 e na Lei no 9.985/2000.

Ainda assim, o Parque Estadual atualmente está sendo utilizado como espaço para realocação de antenas de cobertura de telefone celulares sendo alvo constante de pichações, queimadas, depredações, posto que não conta com pessoal para sua administração/manutenção. A gestão da unidade de conservação cabe a Secretaria de Recursos Hídricos, do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e a Superintendência do Meio Ambiente do estado da Paraíba (SUDEMA).

No que tange a situação fundiária, apesar do Decreto no 14.834/1992 ter declarado

a área do pico de interesse social para fins de desapropriação essa finalidade não foi alcançada. Após 10 (dez) anos outro decreto (no 23.060) novamente declarou a desapropriação da área com o fito de desapropriá-la, no entanto, de acordo com informações da SUDEMA, o Pico do Jabre ainda não é uma unidade de conservação (ALVES, 2012).

A inexistência de Planos de Manejo e a falta de regularização fundiária dificultam a organização espacial de zonas de diferentes graus de proteção e regras de uso além de impossibilitar a integração das Unidades de Conservação à sociedade e economia locais fatores que são imperativos para a eficiência na sua implementação.

4 | CONCLUSÕES

Conclui-se que a falta de regularização fundiária aliada a outros fatores como ausência de Plano de Manejo são fatores tornam a preservação do Parque Estadual Pico do Jabre ineficaz.

Assim como as demais Unidades de Conservação brasileiras, o Parque Estadual sofre com a falta de estrutura física e de pessoal.

A inexistência de Plano de Manejo ocorre, dentre outros motivos, por não existir uma limitação espacial do pico já que até o presente momento não foi realizada a sua desapropriação por interesse social o que dificulta/impede a regulação sobre os limites da unidade, visitação, desenvolvimento de pesquisas, segurança jurídica da população residente próxima.

Logo, se não houve desapropriação o que existe na realidade é um “Parque de papel”: as queimadas, depredações, usos indevidos por empresas de telecomunicações, visitação desordenada irão continuar até que não haja fundamentos para a região receba a denominação ‘Parque Estadual’.

REFERÊNCIAS

ALVES, Perla de Sousa. Percepção ambiental como instrumento para educação ambiental e políticas públicas: O caso do Pico do Jabre, Paraíba, Brasil. 2012. 78 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências Florestais, Universidade Federal de Campina Grande, Patos, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal no 95, de 2016. Constituição da República Federativa do Brasil.

_____. Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação: Legislação Federal. Brasília: Senado Federal, 2000.

BRASIL. Decreto no 4.340, de 05 de junho de 2001. Brasília: Senado Federal, 23 ago. 2002.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; OLIVEIRA, D. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, R. S. (org.). Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. p.341-385.

MACIEL, Marcela Albuquerque. Unidades de Conservação: breve histórico e relevância para a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 90, jul 2011.

OLIVEIRA, Ludmila Junqueira Duarte. Regularização fundiária de unidades de conservação. In: Escola Superior do Ministério Público. Boletim Científico. Brasília: ESMPU, 2010. p. 143-176. (ES).

SILVA, José Irivaldo Alves Oliveira; BARBOSA, Elizandra Sarana Lucena. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: ESTUDO DA GESTÃO PÚBLICA DESSES ESPAÇOS PRESERVADOS. II Workshop Internacional Sobre água no Semiárido Brasileiro, Campina Grande. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/aguanosemiarido/trabalhos/TRABALHO_EV044_MD4_SA4_ID464_29082015173912.pdf>. Acesso em: 19 Set. 2018.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-192-3

